



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014 (Do Sr. Mendonça Filho)

Requer sejam convidados os Srs. Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil, e Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre empréstimo a ser concedido para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão os Srs. Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil, e Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre empréstimo a ser concedido para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

JUSTIFICAÇÃO



CAMARA DOS DEPUTADOS

A Presidente Dilma se diz conhecedora profunda do setor de energia. Seu envolvimento com a área vem desde o tempo em que trabalhou no governo do Rio Grande do Sul. Com a chegada do Sr. Lula à Presidência da República, a atual Presidente assumiu a pasta de Minas e Energia e continuou comandando o setor quando migrou para a Casa Civil.

Trata-se, sem dúvidas, de um excelente currículo na área. Essa *expertise* deveria, portanto, se traduzir em grandes feitos e magníficos resultados. Infelizmente, contudo, não é o que observamos.

Começemos pelo setor de Petróleo e Gás. O País acompanha estarrecido os escândalos envolvendo a Petrobras. Os danos à imagem daquela que já foi nossa maior empresa e os prejuízos financeiros causados são irreparáveis. Além disso, mesmo com a descoberta do pré-sal, os gestores da empresa conseguem a proeza de diminuir a produção ano a ano. Enfim, a mistura de má gestão, loteamento político e “malfeitos” já provocaram perda de valor de mercado que atinge as centenas de bilhões de reais, além de transformar a Petrobras na empresa do setor mais endividada do mundo.

Mas fato é que o setor de energia não se limita a Petróleo e Gás. Há também a importante área de Energia Elétrica. Aqui nos deparamos com um quadro tão desastroso quanto o acima descrito. O setor elétrico no Brasil sofre em duas frentes: problemas de fornecimento, na forma de sucessivos apagões e ameaça de racionamento; e situação financeira crítica de suas empresas.

Cabe-nos perguntar como chegamos a essa situação. A Presidente da República resolveu, em 2012, alterar radicalmente o arcabouço regulatório do setor elétrico. Vendeu essa mudança como se fosse um grande feito, inclusive pelo fato de ter propiciado redução no valor da conta de luz. Obviamente, somos todos favoráveis a medidas que aliviem o bolso da população. O problema aqui é que o rearranjo do setor trouxe insegurança e bilionários prejuízos financeiros,



CAMARA DOS DEPUTADOS

que estão sendo e continuarão a ser arcados por toda a população, seja na qualidade de contribuinte ou de consumidora de energia. Assim, o governo deu com uma mão e está e continuará tirando com a outra.

Especialistas do setor estimam que a interferência promovida pela Presidente custe ao povo brasileiro algo próximo a R\$ 50 bilhões. Parte desse valor já está sendo desembolsado pelo Tesouro. Outra parte será paga via aumento na conta de luz, que somente virá a partir de 2015. Assim, posterga-se o problema para depois das eleições, deixando claro o propósito eleitoreiro das soluções encontradas. Importante dizer que, diante do desastre atual, é justo supor que o rearranjo promovido pela Presidente em 2012 também teve como única motivação o resultado que surgirá das urnas.

Para resolver os problemas criados pela Presidente, os desembolsos do Tesouro, em 2013 e agora em 2014, já atingem vários bilhões de reais, comprometendo as contas públicas e o atingimento de metas fiscais pré-estabelecidas. De forma a não comprometer ainda mais esse quadro fiscal, além de assegurar que qualquer aumento da conta de energia elétrica seja jogado para 2015, o governo inventou uma solução financeira *sui generis*. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE tomará emprestado R\$ 11,2 bilhões de um consórcio de bancos, que conta com 2 bancos estatais, repassando esse montante para as empresas distribuidoras que enfrentam graves problemas financeiros.

Mas o que é a CCEE? Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede no 13º andar de um prédio em São Paulo, que tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional. Pode-se dizer que é um “clube” do setor elétrico, que se sustenta com as contribuições de seus associados. A Câmara foi criada pela Lei 10.848, de 2004, época em que a Presidente Dilma ocupava o Ministério de Minas e



CAMARA DOS DEPUTADOS

Energia. Nessa lei, não é feita qualquer referência à possibilidade da CCEE realizar operação como a que foi desenhada pelo governo. Essa utilização da CCEE, verdadeira “gambiarra”, fica ainda mais estranha quando olhamos para os números da empresa:

- Com base no balanço de 2012, a CCEE tem patrimônio líquido de R\$ 65 milhões e ativos totais de R\$ 114 milhões;
- A receita líquida em 2012 foi de R\$ 103 milhões, com R\$ 80 milhões vindos das contribuições dos associados do “clube”;
- A receita acima é gasta com o custeio das operações da CCEE, quase todas administrativas. Com salários foram gastos R\$ 62 milhões e com aluguéis outros R\$ 3,7 milhões.

Os números acima não impedem que a CCEE tome um empréstimo no valor de R\$ 11,2 bilhões. É de se perguntar, portanto, que garantias os bancos têm de que receberão de volta o valor emprestado. Aí entra um outro componente curioso nessa engenharia financeira: a garantia do financiamento será o valor extra a ser arrecadado pelas distribuidoras com o aumento das tarifas a partir de 2015. Essa é a informação que se tem até o momento e, convenhamos, não nos parece uma garantia tão sólida quanto preconiza a boa prática bancária.

A operação é tão nebulosa que 3 dos 5 integrantes do Conselho de Administração da Câmara pediram para deixar os cargos assim que ela foi aprovada. Alegaram razões pessoais, quando se sabe que a razão principal foi a insegurança associada a solução tão engenhosa.

Com base no acima exposto, diante de operação inusitada e pouco transparente, tendo em vista 2 bancos estatais fazerem parte do consórcio de bancos que emprestará os vultosos recursos, julgamos fundamental ouvir os Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa no sentido de dar detalhes da



CAMARA DOS DEPUTADOS

operação, principalmente no tocante às garantias prestadas, e mostrar a conveniência da participação no consórcio. Há que se levar em consideração que esse empréstimo será pago, em última instância, por todo o povo brasileiro.

Sala da Comissão, em de de 2014.

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal/PE